

**EFEITOS DA PANDEMIA NO ÂMBITO DA AMAZÔNIA LEGAL:  
(RE)SIGNIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE UNIDADES LEXICAIS NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**EFFECTS OF THE PANDEMIC IN THE LEGAL AMAZON SCOPE:  
(RE)MEANING AND UPDATING OF LEXICAL UNITS IN BASIC  
EDUCATION**

Felipe Gonçalves Carneiro

IFTO/UFNT

Ana Cláudia Castiglioni

UFNT

Maria Deusa Brito de Sousa Apinagé

UFNT

**Resumo:** Neste artigo, apresentamos algumas das unidades lexicais que foram produzidas no âmbito do sistema educacional, cujo percurso gerativo está atrelado à pandemia de Covid-19. Em atenção a esse recorte em particular, na relação entre educação e coronavírus, entendemos que há um modo de constituição e de organização desse patamar conceptual. Dessa forma, tratamos de observar esse contexto situacional de ocorrência de unidades lexicais a partir do fenômeno de lexicalização e de terminologização. Em vista desse apontamento, colocamo-nos a questionar em que medida a pandemia contribuiu para o surgimento e a formação de possíveis unidades lexicais terminológicas alusivas ao saber técnico-científico da área da educação, dada a complexidade dos processos de constituição de conjuntos terminológicos, considerando os fatores extralinguísticos e seus desdobramentos e efeitos no funcionamento dinâmico do aspecto léxico da linguagem. Para tanto, enfocamos as unidades lexicais que tiveram circulação no Suplemento do Diário Oficial, nº 5.846, de 14 de maio de 2021, documento oficial do estado do Tocantins, que, por sua vez, está voltado para a educação básica. Para a construção de nossa amostragem, enfocamos os neologismos semânticos, o que nos possibilitou visualizar o processo de (re)significação e de atualização de unidades lexicais no âmbito da esfera educacional, relacionadas à pandemia de Covid-19. Como exemplo, podemos citar as seguintes unidades: ensino remoto, aulas on-line, roteiros de estudo, ensino híbrido, escalonamento, atividade não presencial, aula não presencial, formato não presencial, máscara e distanciamento pessoal.

**Palavras-chave:** Educação básica; Lexicologia; Pandemia; Terminologia.

**Abstract:** In this article, we analyze some of the lexical units that were produced within the scope of the educational system, whose generative path is linked to the Covid-19 pandemic. Paying attention to this particular aspect, in the relationship between education and the coronavirus, we understand that there is a way of constituting and organizing this conceptual level. Thus, we try to observe this situational context of occurrence of lexical units from the phenomenon of lexicalization and terminologization. In view of this note, we question the extent to which the pandemic contributed to the emergence and formation of possible terminological lexical units alluding to technical-scientific knowledge in the area of education, given the complexity of the processes of constituting terminological sets, considering the extralinguistic factors and their consequences and effects on the dynamic functioning of the lexical aspect of language. To this end, we focus on the lexical units that were circulated in the Supplement of the Official Gazette, nº 5.846, of May 14, 2021, an official document of the state of Tocantins, which, in turn, is focused on basic education. To construct our sample, we focused on semantic neologisms, which allowed us to visualize the process of (re)signification and updating of lexical units within the educational sphere, related to the Covid-19 pandemic. As an example, we can mention the following units: remote teaching, online classes, study

itineraries, hybrid teaching, scheduling, non-face-to-face activity, non-face-to-face class, non-face-to-face format, mask and personal distancing.

**Keywords:** Basic education; Lexicology; Pandemic; Terminology.

**Recebido em 10 de setembro de 2023**

**Aprovado em 20 de dezembro de 2023.**

## **Introdução**

Neste artigo, estamos interessados em apresentar uma amostragem de algumas das unidades lexicais que foram produzidas no âmbito do sistema educacional, cujo percurso gerativo está atrelado à pandemia de Covid-19. Em atenção a esse recorte em particular, na relação entre educação e coronavírus, entendemos que há modos de constituição e de organização desse patamar conceptual. Dessa forma, tratamos de observar esse contexto situacional de ocorrência de unidades lexicais a partir do plano da expressão, em que nos permite observar o modo como se estrutura o fenômeno de lexemização e de terminologização. Em vista desse apontamento, colocamo-nos na situação de questionar em que medida essas unidades lexicais, e aqui incluímos, por exemplo, os neologismos semânticos que passaram a compor o acervo léxico-terminológico da educação básica de nosso país, tendo em consideração as consequências no ensino e no aprendizado, bem como o risco e a susceptibilidade do surgimento de novas pandemias.

Para tanto, enfocamos os lexemas que tiveram circulação nos documentos oficiais do estado do Tocantins, unidade federativa pertencente à região da Amazônia Legal, que, por sua vez, voltaram-se à educação básica. Esse contexto comunicativo de discurso oficial, embora seja oriundo de uma das unidades da federação, atesta que houve certas implicações e mudanças no ensino e no aprendizado da população brasileira em geral. Com o alicerce da perspectiva epistemológica da Lexicologia e da Terminologia, coadunamos com a noção que concebe a linguagem como fator social (SAUSSURE, 2012[1916]). Esse panorama teórico, o qual se interessa pelos fenômenos lexicais, possibilita-nos imprimir considerações acerca da relação entre língua e sociedade. Dito isso, observamos que a criação de novas estruturas linguísticas no âmbito do sistema de uma língua natural, que é resultante da “articulação de aspectos morfossintático-semânticos muito complexos” (DIEDRICH, 2021, p. 144), conforma um processo ininterrupto e ilimitado, que se institui por meio de um mecanismo de “criatividade lexical de que uma língua dispõe” (ALVES, 2004, p. 80).

O acontecimento da pandemia de Covid-19, em que o concebemos enquanto fator extralinguístico, evidenciou a movência e o dinamismo do acervo lexical das diversas línguas naturais existentes. Nesse sentido, podemos tematizar que a deflagração da pandemia se tornou patente na medida em que novas unidades lexicais se propagaram na sociedade. Compreendemos, então, como desdobramentos e efeitos dessa realidade, a questão de que novas formas pragmáticas se materializaram e passaram a circular em vários setores da atividade humana. Sobre esse quadro que estamos mencionando, o qual é derivado do entendimento a respeito da relação entre língua e sociedade, podemos citar, por exemplo, os setores da saúde, da economia e da educação. Sem dúvidas, observamos que o alto grau de transmissibilidade e de letalidade e a carência de conhecimentos e de dados que havia inicialmente acerca do novo vírus, fizeram com que muitas nações intercambiasssem as experiências *in loco*, as pesquisas e as descobertas científicas. Esse fato possibilita-nos mencionar o empreendimento da “força de intercurso, que cria as comunicações entre os homens” (SAUSSURE, 2012[1916], p. 270).

Assim sendo, consoante ao modo como o vírus rompeu as barreiras fronteiriças entre os estado-nações, difundindo-se por todo o globo, é perceptível o funcionamento dinâmico das línguas naturais, dando-nos concretude da relação entre língua e sociedade. Nessa medida, consentimos com a assertiva de que a “língua é constantemente estimulada a se atualizar em face das novas realidades sociais” (FERRAZ; LISKA, 2021, p. 1048). As modificações no modo de vida dos sujeitos de uma comunidade são ratificadas por meio da própria estrutura da língua, porquanto, segundo Alves (2004, p. 77), “as mudanças de estrutura social traduzem-se por mudanças de estrutura linguística”.

Importa-nos, portanto, ponderar sobre esse fenômeno lexical, pois, no que lhe diz respeito, ele se apresenta produtivo para que possamos tecer considerações sobre as implicações da circulação do coronavírus no processo de ensino e de aprendizado na educação básica. Desse modo, entendemos que é possível testificar os desdobramentos e os efeitos da pandemia no sistema educacional a partir do modo de sintagmatização da língua, por exemplo, por meio da (re)significação e da atualização de unidades lexicais em relação aos modos de categorização conceptual da educação básica, sendo ela afetada pela realidade da pandemia de Covid-19. Nesse sentido, cumpre considerar que, para compreender a história e a cultura de um povo, é imprescindível o conhecimento do léxico da língua, o qual, conforme pontuado por Biderman (2001, p. 155), “constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”. É nessa medida que buscamos verificar os

efeitos da pandemia na educação básica no âmbito da Amazônia Legal, tendo como esteio as unidades lexicais (re)produzidas na esfera discursiva oficial, isto é, num discurso concreto o qual foi realizado no período mais intenso de Covid-19, considerando, portanto, o “ambiente natural de ocorrência” (ALMEIDA, 2006, p. 87) .

Como já dissemos, a implicação de fatos extralinguísticos que acontecem no mundo, o que demanda a interpretação e a organização de realidades e de situações novas, reflete e se manifesta linguisticamente na (re)significação e na atualização de lexemas, os quais passam a circular na sociedade. A depender da frequência de uso dessas estruturas linguísticas, elas se tornam parte do acervo lexical da língua de uma determinada comunidade, podendo inclusive ser chanceladas pelo processo de dicionarização. Além do mais, acrescentamos que no processo cognitivo-conceitual em que se requer uma manifestação de ordem linguística, pode ocorrer igualmente a irrupção de novos termos, isto é, de grandezas-signos, de maneira a atender ao universo discursivo de uma área específica de conhecimento (BARBOSA, 2005; 2011). É nessa medida que apreendemos o complexo processo de lexicalização e de terminologização, tendo em consideração a configuração do campo conceitual de nosso interesse neste artigo, a saber: educação-coronavírus.

Dessa forma, considerando o contexto pandêmico que vivenciamos e os efeitos engendrados por esse acontecimento, interessa-nos apresentar uma amostragem sobre o processo de (re)significação e de atualização de unidades lexicais que se manifestaram e repercutiram durante esse período no âmbito da esfera educacional, que estão relacionadas à pandemia de Covid-19. O percurso investigativo se estabeleceu a partir dos decretos oficiais do estado do Tocantins, mais precisamente, do documento que conforma o Suplemento do Diário Oficial, nº 5.846, de 14 de maio de 2021. O material de análise que utilizamos para realizar o recorte das unidades lexicais, de maneira a configurar o *corpus* analítico, foi alçado à categoria de texto especializado, já que ele está constituído de diretrizes e de orientações à educação básica. Alguns dos termos selecionados foram *ensino remoto*, *aulas on-line*, *roteiros de estudo*, *ensino híbrido*, *escalonamento*, *atividade não presencial*, *aula não presencial*, *formato não presencial*, *máscara e distanciamento pessoal*.

Conforme mencionamos anteriormente, as nossas considerações ao longo deste artigo encontram-se pautadas na perspectiva teórica da Lexicologia, ciência que se dedica aos estudos do léxico de uma língua, e da Terminologia, que, por sua vez, trata-se de um

subconjunto do léxico de uma língua, cuja gênese “está intimamente vinculada à sua função primordial de expressar o conhecimento de caráter científico, técnico e tecnológico” (KRIEGER, 2001, p. 118). A centralidade de nossos apontamentos está voltada especificamente para denominações do campo educacional, tendo em vista que, para o quadro teórico a que nos filiamos, “o léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história” (BIDERMAN, 2001, p. 14). Assim sendo, com o alicerce dessa perspectiva teórica, entendemos a importância de pesquisas voltadas ao estudo de unidades lexicais que tiveram repercussão durante o contexto pandêmico do coronavírus.

A partir das considerações elencadas, encerramos esta seção introdutória com a retomada da problematização deste artigo, qual seja: dada a complexidade do processo de lexemização e de terminologização, tendo em conta os fatores extralinguísticos e seus desdobramentos e efeitos no funcionamento dinâmico do aspecto léxico da linguagem e a constante movência entre língua especializada e língua geral, em que medida a pandemia contribuiu para o surgimento e a formação de possíveis unidades lexicais terminológicas alusivas ao saber técnico-científico da área da educação?

### **1. Lexicologia e Terminologia: pontos de confluência e o processo de constituição de unidades lexicais especializadas**

Nesta seção, apresentamos algumas noções teóricas concernentes ao campo da Lexicologia e da Terminologia, de modo a dar-nos subsídios ao empreendimento de análise de unidades lexicais as quais circularam em documentos oficiais do estado do Tocantins durante a pandemia de Covid-19. Assim, com enfoque no Suplemento do Diário Oficial, nº 5.846, de 14 de maio de 2021, voltado para a educação básica, buscamos circunstanciar teoricamente em que medida compreendemos os fenômenos de linguagem alusivos ao processo de (re)significação e de atualização de unidades lexicais. Consoante ao que já dissemos, assentamo-nos no entendimento de que o léxico de uma língua natural está em constante crescimento e transformação. Trata-se, indubitavelmente, de um processo sem-número de possibilidades, o que prova de forma patente a indissociação entre língua e sociedade. Logo, ao assumirmos esse posicionamento, e tendo como consequência a presentificação de uma enfermidade cuja disseminação se deu numa escala de ordem global, admitimos o cenário da considerável (re)produção lexical no período da pandemia do coronavírus.

Com base no recorte temporal da pandemia de Covid-19, não perdermos de vista que o auge da contaminação e da disseminação do coronavírus ocorreu nos anos 2020 e 2021. Entendemos como natural e espontâneo o processo de renovação lexical de uma língua, porquanto o “léxico é um sistema aberto, isto é, que se renova constantemente” (DIEDRICH, 2021, p. 146), seja na constituição de vocábulo comum, seja na constituição de vocábulo especializado. E não seria diferente com a demanda de referência designativa e conceitual imposta à sociedade a partir de 2020, ainda mais quando pensamos na relação entre coronavírus e educação. Podemos inferir que o nosso ponto de vista se alinha com os postulados teórico-metodológicos de Biderman (2001) na medida em que as relações entre língua e exterioridade são fatores determinantes à geração de novas unidades lexicais, já que elas se produzem a partir do processo de cognição de uma realidade. Vejamos, a seguir, essa perspectiva a partir das palavras da própria autora:

o conhecimento humano se forma a partir da percepção do meio ambiente em que estamos inserindo e com o qual estamos interagindo. A percepção através dos sentidos e de outros recursos neurolinguísticos leva-nos à conceptualização do real. Essa conceptualização se consubstancia numa representação linguística – num símbolo ou signo verbal – que é a etapa final do processo cognitivo (BIDERMAN, 2001, p. 155).

Não por acaso, podemos tematizar que, em certa medida, a velocidade de circulação do coronavírus concilia com a celeridade nas mudanças estruturais da língua e na circulação dessas formas linguísticas consubstanciadas. O que significa que houve impactos e adaptações no modo de vida das pessoas. A nossa compreensão acerca da (re)produção de unidades lexicais está em atender a função cognitiva de um fator extralinguístico que então surgia, qual seja: a enfermidade da Covid-19. Por conseguinte, podemos hipotetizar que certos patamares conceituais concernentes ao sistema educacional, e, para exemplificar, podemos citar os materiais didáticos, os procedimentos metodológicos e os profissionais de educação em geral, não se furtaram ao processo de (re)significação e de atualização de unidades lexicais. Com fundamento nesse raciocínio, podemos mencionar, também, as unidades lexicais de cunho especializado, pois tem-se verificado que “as novas terminologias confundem-se, em larga medida, com o chamado léxico comum da língua” (KRIEGER, 2000, p. 2017). Em deferência ao processo de cognição e sua relação ao modo de formação de unidades terminológicas, Demai (2020, p. 12) esclarece-nos que:

a função cognitiva refere-se às formas de apreensão e de organização do conhecimento, da “realidade” / experiência do mundo físico-biológico e também do mundo sociocultural, coletivamente construído, sob diversas tensões ideológicas, sócio-históricas, políticas e culturais. Os termos são formas de manifestação da cognição humana por serem alternativas de organizar e de representar o conhecimento, com a utilização do aparato linguístico, em íntima relação com o nível conceptual (DEMAI, 2020, p. 12).

A partir dos apontamentos de Demai (2020, p.12), apresentados na citação acima, observamos que o processo de (re)adaptação devido ao fator pandêmico foi inevitável. De fato, diante da situação que se apresentava, língua e sociedade buscaram se adequar à nova realidade. Da mesma maneira, sustentamos esse cenário a partir de Biderman (2001, p. 158), visto que o crescimento exponencial e rápido do panorama lexical acontece por causa do “progresso técnico e científico, da rapidez das mudanças sociais, da integração progressiva das culturas e dos povos, bem como da atuação dos meios de comunicação em massa e das telecomunicações”. A partir dessa tomada de posição teórica, e examinando a situação da pandemia do coronavírus por esse prisma, entendemos que houve a ampliação do repertório lexical dos usuários da língua geral, na medida em que todos foram afetados indiscriminadamente. Ora, ao ponderarmos sobre o processo de organização e de representação da realidade, entretanto, sendo mais específicos, dando ênfase à linguagem especializada, temos de reconhecer, também, ainda que de modo hipotético, que houve a ampliação de terminologias técnico-científicas em diversas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, podemos conjecturar que a pandemia provocou uma dilatação de repertório tanto no nível lexicográfico quanto no nível terminológico, embora saibamos que as unidades terminológicas, também, constituem o acervo lexical de uma língua, elas não estão à parte. De maneira geral, compreendemos que há em certa medida uma distinção entre esses dois níveis citados em matéria de uso e de usuários das estruturas linguísticas. Por exemplo, em relação ao vocabulário comum, vemos-lo, majoritariamente, concernente aos falantes de uma língua em geral; já o vocabulário especializado se refere aos profissionais de uma área de atuação específica. O que nos permite, de modo abrangente, “afirmar que os aspectos pragmáticos permitem diferenciar os termos das palavras” (CABRÉ, 1995, p.8, tradução nossa). Não obstante, a despeito das ponderações elencadas, não concebemos a área dos estudos terminológicos como estanque, ou seja, como um fenômeno fixo de linguagem. Na realidade, a respeito do vocabulário comum e do especializado, verifica-se que o “processo de designação é basicamente o mesmo, quer

se trate do conhecimento empírico e vulgar do mundo, quer se trate do conhecimento científico” (BIDERMAN, 2001, p. 157). De modo a adensar as nossas reflexões sobre a temática em tela, convidamos Krieger (2001, p.117) para pormenorizar a noção de unidade especializada, segundo a referida autora,

[...] é importante considerar que termos técnicos assumem um valor operacional de termos especializados, independentemente da natureza da área em que se encontram terminologias próprias. A proposição de compreender as terminologias como unidades lexicais técnicas, correspondendo ao sentido de unidades especializadas, está intimamente relacionada à constatação de que se constituem terminologias não apenas nas áreas científicas, [...], mas também em outros campos que produzem conhecimentos específicos e, nessa medida, técnicos, como os das artes, da indústria, da tecnologia, entre tantas outras realidades (KRIEGER, 2001, p.117).

Com o apoio das considerações teóricas que estamos mobilizando, podemos afirmar que o percurso gerativo de terminologias guarda certa complexidade. Nesse sentido, ressaltamos que “o legado artificialismo dos termos não mais encontra sustentação, pois as duas grandes categorias lexicais coexistem e cruzam fronteiras nos universos discursivos dos conhecimentos especializados” (KRIEGER, 2000, p. 217). Com efeito, ainda com relação aos estudos terminológicos, é preciso levar em conta que “termo e contexto de ocorrência são indissociáveis, ligados ainda às formulações mentais, aos conceitos de cada área específica” (SANTOS; CASTIGLIONI, 2021, p. 157). Essas observações possibilitam-nos partir do pressuposto de que a pandemia acentuou, de alguma maneira, a movência entre língua especializada e língua geral, de modo a enfraquecer os limites fronteirizos entre lexema e denominação. Apesar do entendimento de que “os modos de formação dos termos não têm a mesma frequência das palavras do léxico geral” (CABRÉ, 1995, p. 8, tradução nossa), mas, dada a situação atípica pela qual atravessamos, e dando destaque na relação entre educação e coronavírus, imbricaram-se unidades comunicativas de áreas de especialidade e do léxico comum, a ponto de alçarmos, inclusive, como problematização a própria noção de frequência tematizada pela autora.

Neste ponto, permitamo-nos mobilizar os apontamentos de Biderman (2001, p. 155), que, a nosso ver, esclarecem-nos acerca da dinamicidade da manifestação lexical; então, de acordo com a autora, o “nosso conhecimento do mundo pode ser continuamente revisto e reformulado e as palavras/termos [...] podem mudar não apenas em sua face de significante, mas também em sua face de significado”. Pautados nessa asserção, podemos dizer que “os termos instituem-se como resultado de diferentes mecanismos” (KRIEGER,



2001, p. 124). Assim sendo, é nessa medida que observamos a dimensão dos pontos de confluência entre o lexemático e o terminológico no período da pandemia de Covid-19, de maneira a irromper na geração de possíveis novas unidades comunicativas do acervo léxico-terminológico do saber técnico-científico voltado para a área da educação. Assim sendo, com intuito de compreender o modo de constituição do percurso gerativo de enunciação de unidades terminológicas, as quais se materializaram e circularam no texto especializado de nosso interesse para análise neste artigo, valemo-nos das noções teórico-metodológicas postuladas por Barbosa (2005; 2011), que, por sua vez, permitir-nos-ão visualizar e compreender os diferentes mecanismos de (re)significação e de atualização de unidades lexicais, tematizados por Krieger (2001).

Com o intuito de compreender o mecanismo linguístico dos fenômenos lexicais, cumpre considerar que antes de se estruturar o patamar lexemático/terminológico, o qual é designado como plano da expressão, há que se considerar o patamar cognitivo. Contudo, embora o enfoque de nosso artigo não se assente no patamar pré-linguístico, entendemos, a partir de Barbosa (2011), que, antes da conversão do conceito em estrutura linguística, estabelece-se, inicialmente, o processo de percepção da realidade. Segundo a referida autora, o percurso gerativo de enunciação:

inicia-se com a percepção dos ‘fatos naturais’, que são substâncias estruturáveis, enquanto informação potencial, para os homens, mas que se convertem em substâncias estruturadas, quando apreendidas pelos grupos linguísticos e socioculturais, de diferentes maneiras, embora mantenham um núcleo de percepção biológica universal (BARBOSA, 2011, p. 63).

Com base na citação sobredita, e para alinhar com o tom da proposição de nosso artigo, considerando a relação entre educação e coronavírus, embora nos interessamos pelo campo lexical, não nos furtamos em hipotetizar que, apesar da complexa constituição e organização do campo conceptual, partimos da premissa de que nas unidades recortadas para análise haveria, no núcleo sêmico conceptual, o sema conceptual [-Covid-19]. Desse modo, podemos inferir que ao passar do sentido estruturável ao estruturado, reverberam-se as estruturas linguísticas, configurando, portanto, o patamar lexemático/terminológico. Ou seja, dada a constituição desse processo, entendemos que “as unidades terminológicas (termos) manifestadas em discursos reais provêm de um percurso mental que, juntamente com as condicionantes sociais, coletivas e ideológicas, resultam na estruturação linguística” (DEMAI, 2020, p. 22). Além disso, seguindo com o nosso empreendimento

de caracterização do dinamismo dos fenômenos lexicais, importa-nos pontuar que ele “é realizado não somente pelo enunciador que cria um vocábulo e/ou termo novo, mas também por esse sujeito, ao reutilizar vocábulos e/ou termos pré-existentes” (BARBOSA, 2011, p. 66).

Dando sequência ao nosso percurso teórico, dirigimo-nos ao patamar léxico-terminológico, que nos fornece condições para ponderarmos sobre os fatos de linguagem a partir das estruturas pragmáticas (re)produzidas nos textos de natureza especializada. Nesse sentido, almejamos compreender o modo como se dão os diferentes mecanismos de constituição das unidades terminológicas. Para tanto, valemo-nos dos postulados de Barbosa (2005; 2011), em que podemos elencar três principais processos, quais sejam: (i) vocabularização, (ii) metaterminologização e (iii) terminologização. O primeiro processo refere-se à passagem da terminologia para a língua comum, o que nos possibilita compreender que há uma transposição da área técnico-científica para o vocabulário comum, portanto, sendo configurado como “um processo de metaforização” (Barbosa, 2005, p. 104). Demai (2020, p. 15) auxilia-nos a endossar a teorização acerca desses processos lexicais ao afirmar que “as metáforas e as metonímias estão ligadas à cognição, em termos de apreensão da ‘realidade’ e da expressão dessa realidade por vias linguísticas – e terminológicas, em casos de discursos especializados”.

Seguindo com os mecanismos que citamos, o segundo processo é igualmente estruturado a partir de uma transposição na horizontalidade, entretanto o que se verifica é que a unidade terminológica sai de uma área de especialidade e se direciona a outra área de especialidade. No segundo processo, constatamos que pode haver a manutenção ou a perda do núcleo sêmico das áreas de especialidade relacionadas. Já o terceiro concerne à passagem da língua comum à área de especialidade, de modo que, para Krieger (2001, p. 124), as “palavras comuns adquirem significados específicos, pertinentes a determinado campo de saber científico ou técnico, tornando-se, então, elementos integrantes de repertórios terminológicos”. Nesse processo, considera-se terminologização *stricto sensu* quando o movimento dinâmico lexical na horizontal se mantém. Não obstante, o processo de terminologização caracterizado como *lato sensu* difere dos demais, porquanto se verifica que a constituição terminológica se estabelece por meio da verticalização. Ou seja, não há transposição, dessa forma o processo que se instituiria na horizontalidade cede lugar para que haja “a instauração de uma nova grandeza-sígnica” (BARBOSA, 2005, p. 105).

## **2. O acervo léxico-terminológico no âmbito da Amazônia Legal em tempos de pandemia: possíveis denominações da educação básica**

Iniciamos esta seção com um percurso de contextualização da pandemia de Covid-19 a partir dos documentos oficiais publicados pelo governo do estado do Tocantins. Como já dissemos, é patente e inegável que um fato histórico pode influenciar no acervo lexical de uma língua natural. Observamos a manifestação dessa influência a partir das consequências da deflagração da pandemia causada pelo novo coronavírus. Conforme noticiado na esfera jornalística, desde novembro de 2019, o mundo vem passando por inúmeras transformações no social, na saúde, na economia, etc. Essas transformações são a causa da constante necessidade de atualização do campo lexical de determinada língua natural. Ou seja, tem-se, como consequência, mudanças estruturais de ordem linguística.

Na sequência de nossos apontamentos, retomamos o processo desse fato histórico, em que, neste artigo, referimo-lo como fator extralinguístico. No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi advertida acerca de inúmeros casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na região da China. Tratava-se, por conseguinte, de uma nova linhagem de coronavírus que ainda não havia sido identificada em seres humanos. Praticamente um mês depois, no dia 30 de janeiro de 2020, a OMS anunciou que o surto do novo coronavírus constituía uma emergência de saúde pública de importância internacional.

Em 11 de março de 2020, a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, foi identificada pela OMS como uma pandemia. O lexema “pandemia”, segundo o dicionário Michaelis, é uma “enfermidade epidêmica amplamente disseminada”. E devido a sua característica de alta transmissão, espalhou-se pelo mundo, impondo, conseqüentemente, uma nova configuração em todas as instâncias, dentre elas, a educacional, enfoque deste artigo. Esse fenômeno produziu impactos inimagináveis até então, de forma a diligenciar a adequação e a modificação da prática laboral de todos os profissionais nas diversas esferas da sociedade. Todavia, neste artigo, trataremos, especificamente, dos profissionais da educação, tendo em conta que eles tiveram de lidar com o novo, que, por sua vez, impôs implicações na educação básica. Ou seja, lidar com a contingência no processo de ensino e de aprendizado.

Assim sendo, diante da nova configuração que se apresentava, no dia 13 de março de 2020, por meio do decreto de nº 6.065, o governador do estado do Tocantins, no uso

de suas atribuições, determina uma ação preventiva para o enfrentamento da Covid-19 e decreta a suspensão de todas as atividades educacionais nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino e na Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, pelo período de 16 a 20 de março de 2020. Segundo o decreto, o objetivo da ação é garantir a ordem pública e o bem-estar social, tendo em vista que a OMS declarou a Covid-19 como pandemia, e a Constituição Federal, em seu artigo 196, considera como dever do Estado garantir a proteção da saúde do cidadão.

Na sequência, no dia 18 de março de 2020, por meio do decreto de nº 6.071, é deliberada a suspensão, por prazo indeterminado, das atividades educacionais em estabelecimentos públicos ou privados, seja escola, seja universidade, com sede no estado do Tocantins. No dia 21 de março de 2020, por meio do decreto de nº 6.072, o governador declara estado de calamidade pública em todo o território do estado do Tocantins, considerando os problemas inerentes à saúde pública e à economia global e local, o que exige medidas urgentes e especiais.

Em face desse cenário e com o intuito de evitar prejuízos no processo educacional dos estudantes, a partir do decreto de nº 6.073, de 24 de março de 2020, é determinada a antecipação das férias escolares da Rede Pública Estadual de Ensino, que comumente acontecem no período de 1 a 30 de julho, alocando-as para o período de 25 de março a 23 de abril de 2020. Em seguida, no dia 22 de abril de 2020, no decreto de nº 6.086, o governador dispõe sobre a suspensão de atividades educacionais até o prazo de 30 de abril de 2020, em todas as unidades de ensino pública ou privada do estado do Tocantins e a determinação de trabalho remoto. Entende-se por “trabalho remoto” ou “atividades educacionais não presenciais”, terminologia utilizada no documento em análise, “aquelas desenvolvidas pela instituição de ensino com os estudantes quando não é possível a presença física destes no ambiente escolar”, conforme o parágrafo primeiro, do artigo primeiro, da resolução de nº 154, de 17 de junho de 2020.

Com o aumento do número de contaminados e de óbitos, é determinado, pelo decreto de nº 6.087, de 27 de abril de 2020, que sejam mantidas suspensas as atividades educacionais até o dia 29 de maio de 2020. Nesse mesmo decreto, recomenda-se à população em geral, o distanciamento social e uso de máscaras de proteção facial, sempre que houver a necessidade de sair de casa. No dia 28 de maio de 2020, pelo decreto de nº 6.099, foi prorrogado o prazo de suspensão das atividades educacionais até o dia 30 de junho de 2020.

Mais uma vez, por meio do decreto de nº 6.112, de 29 de junho de 2020, é prorrogado o prazo de suspensão das atividades educacionais, no âmbito do estado do Tocantins, até 31 de julho de 2020. E por meio do decreto de nº 6.128, de 31 de julho de 2020, mantêm-se suspensas as atividades educacionais em estabelecimentos com sede no estado do Tocantins, até o dia 31 de agosto de 2020. Como desdobramento, diante da obrigatoriedade de aulas remotas para manter o isolamento social, professores, alunos e toda a equipe escolar, tiveram de adaptar-se à nova realidade.

Após um ano e dois meses de publicação do decreto que suspendeu as atividades educacionais presenciais, no dia 14 de maio de 2021, mediante o decreto de nº 6.257, o governador do estado do Tocantins, no uso de suas atribuições, decreta a autorização da retomada gradual, da oferta de atividades educacionais presenciais em instituições de ensino, públicos e/ou privados, de Educação Básica e Superior, a partir do dia 17 de maio de 2021. A retomada das aulas presenciais das escolas públicas estaduais segue as regras constantes do Plano de Retomada das Atividades Escolares - Aulas Presenciais - Ensino Híbrido.

Desse modo, dado o nosso interesse em apresentar uma amostragem das unidades léxico-terminológicas (re)produzidas a partir da deflagração da pandemia de Covid-19, enquanto acontecimento extralinguístico, a abordagem empreendida configurou-se como semasiológica. Noutras palavras, o enfoque não se delimita ao campo conceptual, pois, no patamar lexemático e terminológico pressupõe-se a existência e o engendramento do processo de percepção e de conceptualização. Nesse sentido, realizamos a apresentação de algumas unidades linguísticas as quais foram recortadas de um contexto real de uso, qual seja: Suplemento do Diário Oficial, nº 5.846, de 14 de maio de 2021. Como procedimento metodológico para a construção de nossa amostragem, enfocamos os neologismos semânticos, sejam unidades simples, sejam unidades polilexicais, em que a “forma lexical já dicionarizada apresenta-se com uma significação diferente da atestada” (FERRAZ; LISKA, 2021, p. 1051). Dessa forma, será possível visualizar que é no léxico, a partir do processo de (re)significação e de atualização de unidades lexicais, que se reflete nitidamente as mudanças sociais. E no caso deste artigo, interessa-nos as mudanças ocorridas no âmbito da esfera educacional, relacionadas à pandemia de Covid-19. A partir das contribuições de Maia e Silva (2021), entendemos que tanto no plano de expressão quanto no plano de conteúdo podem ocorrer a formação de novas unidades lexicais. É no plano de conteúdo que se constitui a neologia semântica, em que observamos que há a

“atribuição de novo sentido à palavra já registrada no dicionário, reutilizando-a com novas acepções” (MAIA; SILVA, 2021, p. 6081). Dito isso, tendo em conta a relação educação e coronavírus, utilizaremos como critério de inclusão as possíveis unidades lexicais que passaram a compor o acervo léxico-terminológico da educação básica, cujos novos sentidos atribuídos ainda não foram dicionarizados.

A seguir, apresentamos algumas unidades que circularam durante a pandemia no âmbito educacional. Os termos que selecionamos para este artigo foram os que tiveram maior recorrência nos textos especializados do *corpus*. Conforme poderemos observar, alguns dos neologismos semânticos apresentados são unidades polilexicais, denominados como unidades fraseológicas, que concernem a uma formação sintagmática.

## 2.1. Ensino remoto

- i) “Diversificação de práticas pedagógicas no **ensino remoto** favorece inclusão” (p. 53).
- ii) “Práticas de multiletramento na pandemia: reflexões de um professor sobre o contexto de **ensino remoto**” (p. 57).

Entre as medidas para o enfrentamento à Covid-19, está a suspensão de todas as atividades educacionais presenciais nas escolas. No Tocantins, essa medida foi tomada pelo Governo do Estado no dia 13 de março de 2020, por meio do decreto de nº 6.065. É um formato de ensino, que difere da educação a distância (EaD), pois acontece em tempo real. Para tanto, são necessários equipamentos adequados para o acesso às aulas *online*, como computador ou *smartfone*; o acesso à *internet*; e um mínimo de conhecimento para lidar com as tecnologias digitais, fatores que dificultaram esse tipo de ensino, tendo em vista as condições sociais de nossos discentes e docentes, sobretudo, das escolas públicas.

Comumente usava-se o termo “remoto” para fazer referência a algo distante, longínquo, antigo, ou seja, para se referir a um tempo passado. Nos tempos atuais, marcados pela pandemia, esse termo foi ressignificado ao ser formulado junto ao substantivo, “ensino”. Na formulação “ensino remoto”, esse termo passa a significar o formato de ensino desenvolvido pelas unidades escolares com os alunos por não ser possível a presença física destes, no ambiente escolar.

A partir dessa reflexão, notamos que o contexto social de uma determinada conjuntura, pode exercer influência no processo de (re)significação e, conseqüentemente,

na atualização do vocabulário de uma determinada área do conhecimento ou de uma comunidade e, por conseguinte, no léxico da língua.

## 2.2. Aulas *on-line*

i) “permitiu o acesso dos estudantes aos conteúdos didáticos [...], bem como **aulas *on-line***, para os estudantes/escolas com acesso à conectividade” (p. 36).

Com o intuito de evitar a disseminação do coronavírus e de minimizar o impacto na educação, institucionalizou-se no período da pandemia de Covid-19 as “aulas *on-line*”. Conforme pontuamos, trata-se de uma expressão que se constitui a partir de uma formação sintagmática.

## 2.3. Roteiro de Estudo

i) “Da sala de aula para a sala de casa, do contato diário com os professores para os **roteiros de estudos**” (p. 6).

ii) “[...] por meio dos **roteiros de estudos** impressos ou em formato digital” (p. 36).

iii) “os **roteiros de estudos** impressos e o livro didático e/ou tecnologias digitais, mediado pelo professor, contribuindo significativamente para aprendizagem dos estudantes” (p. 36).

iv) “[...] enquanto os demais, de forma não presencial, estudarão orientados pelos **roteiros de estudos**, e/ou por atividades mediadas pelo uso da tecnologia” (p. 37).

Para os alunos impossibilitados de assistirem às aulas *on-line*, conforme mencionado na seção anterior, as escolas viabilizaram, quinzenalmente, os Roteiros de Estudos, nos formatos impressos e digitais. Os Roteiros no formato impresso, foram disponibilizados nas escolas e os Roteiros no formato digital; via *e-mail*, *WhatsApp* e pela plataforma *Google Classroom*. Foi facultado ao aluno o formato mais acessível de modo que ninguém ficasse sem estudar. O “Roteiro de Estudo” é um recurso pedagógico com as habilidades e as competências a serem adquiridas pelos alunos, o objeto de conhecimento, os exercícios, o modo de avaliação e todo um direcionamento para a execução das atividades.

## 2.4. Ensino Híbrido

- i) “Roteiro de estudos, um aliado ao **ensino híbrido**” (p. 30).
- ii) “As unidades de ensino precisarão reprogramar sua dinâmica para inserir a equipe pedagógica, professores, estudantes e pais no contexto do **ensino híbrido**, com o objetivo de promover a continuidade da aprendizagem dos estudantes e, também, zelar pelo bem estar físico, emocional e social de todos os envolvidos no processo educacional” (p. 38).
- iii) “Avaliação no **ensino híbrido**” (p. 53).
- iv) “**Ensino híbrido**: conheça o conceito e entenda as práticas” (p. 56).
- v) “Estabelecer prioridades para o acolhimento aos professores e estudantes no retorno às aulas (**Ensino híbrido**)” (p. 66).

Com a publicação do decreto de nº 6.211, de 29 de janeiro de 2021, que autorizou a retomada da oferta de atividades educacionais presenciais, as instituições de ensino públicas ou privadas, de educação básica e superior, com sede no Estado do Tocantins, tiveram que elaborar suas propostas de retorno às aulas com base na estratégia híbrida de ensino. Considerando a realidade de cada região, foi facultado também, o formato não presencial. O “Ensino Híbrido” é um método que possibilita conciliar o ensino presencial e não presencial e que converge as práticas pedagógicas com base nos moldes tradicionais, tais como, o Roteiro de Estudo impresso e o livro didático e/ou as tecnologias digitais. Em ambos os casos, com a mediação do professor, o que contribui, significativamente, para a aprendizagem dos alunos.

O termo “Híbrido”, pelo viés da linguística, refere-se a uma palavra formada por elementos tomados de línguas diferentes. No campo da genética, refere-se ao organismo formado pelo cruzamento de dois progenitores de espécies distintas. No domínio automobilístico, é um automóvel que tem um motor de combustão interna, movido à gasolina, e um motor elétrico que permite manter o motor de combustão funcionando a baixas rotações o que ajuda a reduzir o consumo de combustível e a emissão de poluentes. Na esfera educacional, o termo “híbrido” acompanhado do substantivo “ensino”, ou seja, “ensino híbrido”, é a mesclagem de períodos *on-line* com períodos presenciais.

Estes deslocamentos de sentidos têm a ver com o campo de atuação do termo. Como atesta Biderman (2001, p. 160), “dependendo do enfoque peculiar de uma dada



área do conhecimento, um determinado referente pode ser percebido e categorizado diversamente, em função do seu uso, em cada domínio científico”. Em outras palavras, os termos são ressignificados a depender do campo de atuação e do momento histórico.

## 2.5. Escalonamento

- i) “Forma de Retorno / Volta às Aulas (**Escalonamento**)” (p. 37).
- ii) “Para a realização do **escalonamento** deverá ser respeitada a carga horária estabelecida quanto a oferta das atividades presenciais [...]” (p. 37).
- iii) “**Escalonamento** do uso do refeitório e dos espaços para o intervalo” (p. 62).

Com o intuito de evitar aglomeração e obedecer aos protocolos sanitários de saúde, para o retorno das aulas presenciais, as instituições de ensino organizaram um atendimento de forma escalonada. O “Escalonamento” é uma metodologia que permite contemplar 50% dos alunos de forma presencial, em sala de aula e 50% de forma remota, orientados pelos Roteiros de Estudos, e/ou por aulas *online*, alicerçadas pelo uso da tecnologia. Ou seja, o escalonamento é um modo de revezamento, característico do Ensino Híbrido.

## 2.6. Atividade/Aula/ Ensino/Espaço/Formato não presencial

- i) “[...] excetuando-se a última etapa da Educação Básica e a Educação Superior, às quais é autorizada a oferta de **atividades** na forma presencial e/ou **não presencial**” (p. 17).
- ii) “Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo das **atividades não presenciais** para fins de cumprimento da carga horária mínima anual” (p. 18).
- iii) “[...] e define o regime especial de **atividades** escolares **não presenciais** no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19)” (p. 20).
- iv) “O início das **aulas não presenciais** foi precedido de formação para os professores e equipe gestora com orientações sobre a metodologia e mecanismos de acompanhamento dos estudantes” (p. 32).
- v) “Formação de Professores para Início das **Atividades Não Presenciais** - 3ª série do EM” (p. 33).

vi) “Diante do período de afastamento do ambiente escolar, com o desenvolvimento do **ensino não presencial** e as condições possíveis de execução” (p. 51).

vii) “Durante a suspensão das atividades educativas presenciais em 2020, a Seduc adotou a estratégia de **ensino não presencial**, que permitiu o acesso dos estudantes aos conteúdos didáticos [...]” (p. 36).

viii) “Definição das melhores estratégias de abordagem de conteúdos, nos **espaços presenciais e não presenciais**” (p. 36).

ix) “Orienta-se que a realização da reunião obedeça aos protocolos de biossegurança, podendo ser realizada também, em **formatos não presenciais**, [...]” (p. 45).

## 2.7. Distanciamento/Isolamento social/pessoal

i) “[...] orienta-se que o corpo docente e equipe diretiva, integrantes dos conselhos de classe pedagógico, monitorem e discutam as variáveis enfrentadas pelos estudantes e profissionais durante o período de **distanciamento social**, propondo alternativas e propostas de melhoria” (p. 44).

ii) “considerando a necessidade de minimizar os impactos emocionais provocados pelo **distanciamento social**” (p. 50).

iii) “Reintegração social como forma de superar os impactos psicológicos ao longo do período de **isolamento social**” (p. 51).

iv) “Respeito às marcações de **distanciamento pessoal** nos setores que geram permanência e grande circulação de pessoas” (p. 13).

## 2.8. Máscara

i) “As **máscaras** não descartáveis deverão ser acondicionadas em local específico (saquinho) até o momento de serem higienizadas” (p. 15).

ii) “Certifique-se de estar levando **máscaras** extras para as eventuais trocas” (p. 14).

iii) “Não empreste ou use **máscaras** de outras pessoas” (p. 14).

iv) “Garantir a obrigatoriedade do uso de **máscaras**” (p. 16).

vi) “As pessoas envolvidas na triagem de acesso à escola deverão utilizar, preferencialmente, os seguintes equipamentos de proteção individual: máscara facial, luvas de látex e protetor facial, que pode ser de acrílico” (p. 15).

## 2.9. Álcool em gel/70%

- i) “Disponibilizar **álcool em gel 70%** nas salas de aula” (p. 16).
- ii) “Ter ponto de **álcool em gel 70%**” (p. 18).
- iii) “**Álcool 70%** para higienização das mãos após cada atendimento deverá ser disponibilizado” (p. 20).
- iv) “Reposição permanente de insumos de higiene, tais como: toalha de papel, papel higiênico, sabão e **álcool 70%**, em todos os horários de funcionamento” (p. 19).

### Considerações Finais

Neste artigo, a partir da perspectiva teórica da Lexicologia e da Terminologia, procuramos apresentar uma amostragem das estruturas linguísticas (re)produzidas no Suplemento do Diário Oficial do estado do Tocantins, nº 5.846, de 14 de maio de 2021, o qual alçamos como texto de especialidade, sendo voltado para a educação básica. Dessa forma, com o enfoque na dinamicidade dos fenômenos lexicais, tratamos de compreender o modo de constituição dos conjuntos terminológicos. Como desdobramentos e efeitos da pandemia de Covid-19 no sistema educacional, considerando o processo de (re)significação e de atualização de unidades lexicais, observamos que houve a formação de possíveis novas terminologias referentes ao saber técnico-científico da educação básica.

Em atenção ao que propusemos neste artigo, em que realizamos uma incursão sobre a contextualização da pandemia de Covid-19 no âmbito da esfera educacional em uma das unidades federativas da Amazônia Legal, a partir de documentos oficiais publicados no estado do Tocantins, pudemos observar em que medida esses decretos se mostram relevantes para o campo educacional, principalmente, aos professores e aos alunos. Eles deixam flagrar os impactos do coronavírus na educação básica e a complexidade do processo de (re)adaptação do ensino e do aprendizado no Tocantins, pois abrange, sobretudo, questões relacionadas à sala de aula. Nesse sentido, assim como os fatos históricos, podemos tematizar que a própria prática educacional em sala de aula conformou um ambiente propício para a (re)significação e para a atualização de saberes, os quais se apresentam em termos de novos repertórios lexicais.

Diante da obrigatoriedade de aulas remotas para manter o isolamento social,

professores, alunos e toda a equipe escolar tiveram de adaptar-se à nova realidade. Encarar o novo e com urgência não foi uma tarefa fácil por diversos fatores, dentre eles: a dificuldade em lidar com as tecnologias digitais; a carência de equipamentos para o acesso às aulas *online*; a falta de formação para os professores manusearem as plataformas digitais, como o *google meet*, por exemplo; e o acesso à *internet*. Para os alunos impossibilitados de assistirem às aulas *online*, a escola disponibilizou os Roteiros de Estudos, material no formato impresso, ou digital, com as habilidades e as competências a serem adquiridas pelos alunos, o objeto de conhecimento, os exercícios, o modo de avaliação e todo um direcionamento para o aluno realizar o estudo e responder aos exercícios. Para o *feedback* entre o professor e o aluno, os meios mais utilizados foram o *WhatsApp*, o *google Classroom* e o *e-mail*.

Este artigo, portanto, a partir da análise das unidades lexicais que circularam durante a pandemia no âmbito da esfera educacional, registradas em documentos oficiais do estado do Tocantins, buscou também (re)pensar um acontecimento histórico, isto é, um fato social, como ambiente extralinguístico de (re)significação e de atualização de saberes a partir de nossa inscrição na perspectiva das ciências lexicais. Conforme ressalta Alves (2004, p. 78), “o léxico é representado por unidades lexicais relacionadas ao universo referencial, ao movimento do mundo e da sociedade”, o que nos permite retomar a questão de imbricação entre língua e sociedade, que se apresenta determinante para a criação de novas unidades lexicais. Além dessa observação, importa reconhecer que esse movimento dinâmico do léxico frente à pandemia propiciou o surgimento de novas terminologias as quais manifestam percepções e conceitos novos da área da educação, acarretando em certos desdobramentos no fazer pedagógico de maneira geral.

A partir das análises e das reflexões produzidas neste artigo, esperamos colaborar com as discussões no que diz respeito aos efeitos da pandemia de Covid-19 no âmbito educacional, de modo a ponderar em que medida esse acontecimento impôs coerções não apenas na adaptação de práticas sociais cotidianas e na criação de outras novas, mas, também, em que medida trouxe implicações na (re)significação e na atualização do léxico da língua portuguesa e, conseqüentemente, no modo de vida das pessoas no Brasil.

Acreditamos que este artigo possa também contribuir ao ensino e ao aprendizado dos fenômenos lexicais nas aulas de Língua Portuguesa na educação básica. Conforme pontua Kleiman (1987, p. 75), “[a]ssim como o vocabulário de uma língua é rico, assim são ricas as possibilidades de o professor fornecer experiências válidas de aprendizagem

e enriquecimento do léxico”. Ou seja, considerando esse contexto real de manifestação de unidades terminológicas, o professor pode se valer desse acervo lexical (re)produzido pela pandemia de Covid-19 como recurso didático-pedagógico em sua prática docente.

## Referências

ALMEIDA, G. M. B. A teoria comunicativa da terminologia e a sua prática. *Alfa*, São Paulo, 50 (2): 85-101, 2006.

ALVES, I. M. A unidade lexical neológica: do histórico-social ao morfológico. In: ISQUERDO, A. N; KRIEGER, M. G. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia* – Volume II. Campo Grande – MS: Editora UFMS, 2004.

BARBOSA, M. A. A construção do “conceito” nos discursos técnico-científicos, nos discursos literários e nos discursos sociais não literários. *Acta Semiótica et lingvistica*. Ano 35, n. 1, vol. 16, 2011.

BARBOSA, M. A. Terminologia e lexicologia: plurissignificação e tratamento transdisciplinar das unidades lexicais nos discursos étnico-literários. *Revista das Letras*, n. 27, vol. 1/2, jan./dez., 2005.

BIDERMAN, M. T. C. Terminologia e lexicografia. *TradTerm*, 7, p. 153-181, 2001.

CABRÉ, M. T. La terminología hoy: concepciones, tendencia y aplicaciones. *Ciência da Informação*, vol. 24, n. 3, 1995.

DEMAI, F. M. Terminologia, cognição e sociedade: análise dos processos de terminologização e de neologia que caracterizam as denominações da área de Educação do Campo. *TradTerm*, São Paulo, vol. 35, junho, p. 5-24, 2020.

DIEDRICH, M. H. Estudos lexicais: lexicologia, lexicografia e metalexigrafia. In: SANTOS, G. M. O; SERRA, L. H; SILVEIRA, T. S. (Org.). *Estudos do léxico geral e especializado: teorias e aplicações* – Volume I. – Catu: Bordô-Grená, 2021.

FERRAZ, A. P; LISKA, J. R. Pandemia e neologia em manchetes jornalísticas: criatividade lexical em foco. *Estudos Linguísticos (SP)*, vol. 50, n. 3, p. 1047-1063, dez., 2021.

KLEIMAN, A. B. Aprendendo palavras, fazendo sentido: o ensino de vocabulário nas primeiras séries. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, n. 9, p. 47-81, 1987.

KRIEGER, M. G. O termo: questionamentos e configurações. *TradTerm*, 7, p. 111-140, 2001.

KRIEGER, M. G. Terminologia revisitada. *Delta*, vol. 16, n. 2, 2000.

MAIA, J. S. S.; SILVA, F. M. Neologismos na mídia em meio à pandemia da Covid-19. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 6079-6100, abr./jun., 2021.

SANTOS, I. F. D.; CASTIGLIONI, A. C. Sinais-termo: uma proposta de ficha terminológica para a tradução de termos técnicos da disciplina curricular língua portuguesa. *Raído*, Dourados, MS, vol. 15, n. 39, p. 156 – 170, set./dez., 2021.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].

Suplemento do Diário Oficial do Estado do Tocantins, nº 5.846, de 14 de maio de 2021. Ano XXXIII, Estado do Tocantins, sexta-feira, 14 de maio de 2021. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/4371/download> . Acesso em: 12/02/2023.